



Servidores conquistam auxílio-saúde

Página 7

Novas mobilizações vão reforçar a luta pelo Plano de Carreira

Encontros com servidores definem que um novo plano é prioridade para a categoria



O Sindijus-PR esteve visitando as comarcas do interior do Estado no mês de setembro, com o intuito de saber as dificuldades da categoria. Nas cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão aconteceram Plenárias Regionais. Segundo José Roberto Pereira, coordenador-geral do Sindijus-

PR, os servidores queriam saber a respeito da implantação do auxílio-saúde, como andam as regulamentações das gratificações e quando vão ser aplicadas as progressões previstas na Lei 16748/10, que criou o novo Plano de Cargos no Judiciário do Paraná.

Páginas 4 e 5

EM CURIÚVA,
ESCRIVÃ
TRABALHA
SOZINHA HÁ
08 ANOS

Página 8

APOSENTADORIA
ESPECIAL
Sindijus-PR
ganha Mandado
de Injunção

Página 3

Assembleia definiu a Comissão Eleitoral do Sindicato



Página 7

OPINIÃO

Servidores vão reforçar a luta pelo Plano de Carreira

É hora de retomar as discussões e mobilizações pelo Plano de Carreiras. Faz muitos anos que os trabalhadores no Judiciário paranaense esperam um Plano que possa definir suas carreiras, do ingresso até a aposentadoria. Este sonho é anterior, até mesmo, à fundação do Sindijus-PR. Várias propostas foram construídas pela categoria. Porém, nenhuma chegou a ser concretizada da forma que os servidores querem. O mais próximo que se chegou foi em 2007, quando o projeto elaborado com a categoria, chegou até o Órgão Especial. Contudo, parou ali. Com o tempo, outras barreiras surgiram. Gratificações sem critérios definidos, distorções salariais entre 1º e 2º graus, dificuldades orçamentárias.

Especialistas ouvidos sempre reafirmavam que um dos principais obstáculos a ser superado, era a distorção salarial. Sem eliminá-la, não se chegaria a uma proposta que viesse atender os anseios buscados. Pois bem, em 2010, com o Plano de Cargos e Salários aprovado na administração do presidente Celso Rotoli, parte dessa distorção foi corrigida. Com a extensão da TIDE aos servidores da secretaria que ainda não a recebiam, corrigiu-se a distorção no segundo grau. No entanto, mais uma

vez, o primeiro grau ficou de fora. Há que se destacar que, com o novo enquadramento, muitos foram beneficiados. Principalmente os servidores mais antigos. Com isso a distorção salarial entre primeiro e segundo graus amenizou.

Passada essa fase, chegou a hora de retomar a luta. E a necessidade parte, principalmente, em virtude do número significativo de servidores que ingressou no Judiciário. Eles têm que ter expectativa de futuro, senão, vão para outras esferas do serviço público e o Judiciário do Paraná fica, apenas, como trampolim. Portanto, o momento de voltar a perseguir o sonhado Plano de Carreiras é agora. Tem que ser construída uma proposta que unifique todos os servidores.

O Judiciário está num momento de transição, assim, tanto a administração quanto os trabalhadores têm que estar preparados para essa nova fase. Não tem como modernizar o Judiciário, oferecer prestação de serviço público ágil e de qualidade à população se não houver investimento no maior patrimônio do Serviço público que é seu Servidor.

Para isso, a mobilização e a luta têm que ser retomadas agora. As reuniões e plenárias realizadas pelo Sindijus-PR apontam esse caminho. Foram centenas de participantes em várias regiões do Estado. E a palavra de ordem é a retomada da Luta pelo Plano de Carreira. Com urgência. Então, todos à Luta. Plano de Carreiras já.



cartas

Dúvida

Olá pessoal do SINDIJUS-PR! Eu li a notícia que informa sobre nossas últimas conquistas e fiquei com uma dúvida: o Vale-Saúde será estendido ao cônjuge e filhos? Obrigada!

a equipe do SINDIJUS, pois nos tem dado muitas provas do empenho, dedicação e competência de trabalho em favor aos sindicalizados.

S.K.

L.P.

Resposta

A informação que recebemos é de que no valor máximo que cobre sua faixa etária você pode incluir cônjuge e filhos. Se der mais, você completa; se der menos, o TJ não te paga até o pico. Queremos ver o anteprojeto para conhecermos as formas de correção, como será feita essa comprovação. Assim que tivermos mais informações, publicamos no site e boletim.

Parabéns

Olá! Sou funcionária do TJ-RO e semanalmente recebo o boletim informativo deste Sindicato. Quero aqui parabenizá-los pela transparência na condução do trabalho. Estou compondo uma chapa para disputa sindical que ocorrerá no mês de novembro, tenho aprendido muito com vocês. Gosto da maneira como são conduzidas as negociações sindicais e, como os servidores são respeitados e ouvidos. Infelizmente a atual administração do meu Sindicato deixa muito a desejar nesse quesito. Quero aqui deixar minha admiração e me colocar à disposição para troca de experiências.

O.O.

Sindijus

Agradecimento

Nem encontro palavras, que expressem meus agradecimentos por tamanha atenção e gentileza do Sindijus, mas, tenha certeza, que me lembro de vcs todos os dias em minhas orações e peço a Deus que conceda infinitas bênçãos. Quanto ao reajuste do 6,5% para o extra, confio plenamente no valoroso trabalho de toda

Auxílio-saúde

Venho deixar a minha opinião de satisfação, por mais uma conquista nossa, mas é claro com ajuda do Sindijus, pois este auxílio ajudará muito.

F.P.

As cartas não refletem a opinião do Sindicato.

consciência & Luta
GESTÃO ASSIM QUE SE CONQUISTA

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDIJUS-PR - SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Sede: Rua David Geronasso, 227 - Boa Vista CEP 82540-150 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3075-5555 - Fax: (41) 3075-6702

As cartas podem ser enviadas para conscienciaeluta@sindijuspr.org.br

www.sindijuspr.org.br

SISTEMA DIRETIVO

Conselho Executivo

coordenador-geral: José Roberto Pereira; secretário-geral: Mário Cândido de Oliveira; Ademir Aparecida Pinto; Ailton Dias de Oliveira; Caetano Zaganini; Clóvis Menger; David Machado; Edson Fernando da Silva; Maria Dulcineia Fernandes Del Rios; Rosana do Rocio de Freitas Diniz

Conselho Deliberativo

Adenilza Rocha Augusto; Adivaldo Rosa; Aldo Bonato; Aldoino Fedrigo; Amauri da Silva; Amauri da Silva Fernandes; André Guilherme de Freitas; Angelo José Sasso; Antonio Carlos Datto; Antonio Marcos dos Santos; Antonio Marcos Pacheco; Antonio Ribeiro Neto; Aristeu Nunes; Benedita Estracer Zioli; César Conrado de Souza Neto; Daltron Moreira Rocha; Dario Aparecida da Costa; Davi Aguiar de Andrade; Diógenes Nunes de Souza; Diroce Leni da Rosa; Dorian Aparecida Damasceno; Edson Luiz Futerko; Edson Prado Lima; Irineu Goveia; Itacir Antunes dos Santos; José Panisson; Josevaldo Moreira Alves; Jurandir Moreira Villas Boas Junior; Lizete Ramos Cancela; Lourival dos Santos Cordeiro Junior; Lucinei Luiz Guimarães; Luiz Carlos Lopes; Luiz Narducci Pereira; Marcoello de Oliveira; Márcia Regina Mosquer Ripula; Marco Antonio Cremonese; Marcos Henrique Romualdo da Silva; Maria Emilia Martins; Maria Madalena de Oliveira; Mario Sergio dos Santos; Mary Claudia

Hetka Dubielli; Neli Maria Felix; Osmar Lopes da Silva Filho; Pierina Libera De Martini; Reginaldo Prado Lima; Rodrigo Augusto Moersbaecher Paes; Rosângela Zillio; Rui Artur de Aguiar; Sidney Prado Lima; Silvana Claudia Barreiro; Tereza Maria Miranda Carvalho; Yáner Gall; Vilma Aparecida Demóri; Virginia de Moraes Freire e Zeli Martins Fontoura.

Conselho Fiscal

Adelcio Renosto; Elísio Marques; José Paulino Lourenço; Osemir Queiroz e Rosanna Ventura.

Conselho Editorial

José Roberto Pereira, Mário Cândido de Oliveira, David Machado e Caetano Zaganini.

Editor Responsável (fotos, diagramação e edição)

Gustavo Henrique Vidal - jornalista profissional diplomado - MTB 5928-PR

Pâmela Mendes Leony - jornalista profissional diplomado - MTB 5480-PR

Ilustrações

Simon Taylor

Impressão

Jornal do Estado/Tiragem 4.000

Edição final às 19h00min do dia 27 de setembro de 2011.

ELEIÇÃO dia 05 de dezembro da Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal para 2012/2015

Escolhida Comissão Eleitoral que vai atuar na Eleição do Sindijus-PR



Pâmela Mendes Leony

Em assembleia servidores aprovaram o Regimento e a Comissão que conduzirá a Eleição de 2011

No início do mês, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária dos servidores do Poder Judiciário do Paraná, para a escolha da Comissão Eleitoral e aprovação do Regimento que conduzirá a Eleição 2011 para a Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal do Sindijus-PR para o triênio 2012/2015. Abertos os trabalhos pelo coordenador-geral do Sindicato, José Roberto, como primeiro ponto apresentou os cinco nomes indicados para compor a Comissão Eleitoral, conforme o artigo 59 do Estatuto do Sindicato, não havendo outros candidatos, foram legitimamente eleitos os seguintes companheiros de luta para integrar a Comissão Eleitoral do Sindijus: Alesandra Claudia de Oliveira, do

Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba (Sismuc); Marilena Silva, ex-diretora do Sismuc e assessora da vereadora Professora Josete; Luis Antonio de Oliveira Rosa, assessor parlamentar do deputado estadual Tadeu Veneri; Anderson Antonio Baesso, do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná (Sintcom) e Valdecir Farias da Silva, professor e assessor parlamentar do deputado estadual Professor Lemos.

Na sequência, José Roberto informou à Assembleia sobre a proposta de Regimento elaborada pela Diretoria do Sindicato, que, em essência, já fora adotada em processos eleitorais anteriores. Terminada a leitura, ocorreu a aprovação do regimento por maioria. Com as eleições

marcadas para o dia 05 de dezembro, o Estatuto do Sindicato prevê a convocação do processo que irá regulamentar os critérios de participação dos servidores na Eleição. Todo esse processo será coordenado pela Comissão Eleitoral aprovada pela Assembleia.

Com a publicação do Edital de Convocação Eleitoral que aconteceu no dia 03, as inscrições de chapa e candidatos ao Conselho Fiscal, estão abertas desde 05 de setembro e encerram no dia 04 de outubro, prazo de 30 dias conforme previsão Estatutária. Os servidores do Judiciário paranaense podem acessar o Regimento Eleitoral aprovado no dia 02 pela Assembleia para a eleição de 2011 do Sindijus-PR no site.

SINDIJUS-PR GANHA MANDADO DE INJUNÇÃO NO STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, no último dia 30 de agosto, o Mandado de Injunção nº 1971 ajuizado pelo Sindijus-PR em favor de seus filiados. O resultado favorável foi reconhecido por unanimidade e teve o ministro Marco Aurélio Melo como relator. O STF entendeu que os servidores representados pelo Sindijus-PR têm direito à aplicação das regras do artigo 57, da Lei 8213/91, em relação àqueles que exercem atividades em condições de risco ou insalubres.

A decisão diz que, por não existir legislação que regulamente aposentadoria especial aos servidores públicos, o TJ deve utilizar o que dispõe o artigo 57, § 1º, da Lei 8213/91, que regulamenta a concessão de aposentadoria especial aos trabalhadores da atividade privada.

A parte final da decisão diz o seguinte: "julgo parcialmente procedente o pedido formulado para, de forma mandamental, assentar o direito dos substituídos à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividades exercidas em trabalho especial, aplicando-se o regime da Lei nº 8.213/91, para fins da aposentadoria de que cogita o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, cabendo ao órgão a que integrados o exame do atendimento dos requisitos de aposentação", declarou o ministro Marco Aurélio - relator.

Em reunião com a direção do Sindijus-PR, o advogado Ludimar Rafanhim disse que a decisão pode ser aplicada imediatamente, pois qualquer recurso que o Estado utilize não suspende os efeitos do julgado. Ludimar afirmou ainda que o fato de o Estado do Paraná e a Parana Previdência terem participado da ação retira o direito de entrarem com alguns recursos junto ao Supremo Tribunal Federal.

O Sindijus-PR alerta que a aposentadoria especial não está mais vinculada a cargo, mas ao ambiente de trabalho. Não importa o cargo, mas o local de trabalho. Logo o trabalhador tem que provar que esteve, habitualmente, exposto aos agentes insalubres e perigosos por meio de um documento fornecido pela empresa que se chama PPP- Perfil Profissiográfico Previdenciário. Assim o servidor, por meio do PPP, deve provar que esteve 25 anos, habitualmente, exposto a agentes insalubres ou perigosos. Feita essa prova a aposentadoria deve ser concedida.

O servidor pode obter mais informações sobre aposentadoria especial acessando o site, na seção de documentos se encontra o arquivo com o nome "Aposentadoria Especial".

Encontros definem novas lutas pelo Plano de Carreira



Vários diretores do Sindijus-PR estiveram em reuniões no interior do Estado na semana entre os dias 12 a 16. Em Pato Branco e Francisco Beltrão aconteceram Plenárias Regionais. Em Beltrão os servidores se reuniram no Tribunal do Júri na sexta-feira (16) com a presença de mais de 30 participantes.

Segundo José Roberto Pereira, coordenador-geral do Sindijus-PR, os presentes queriam saber mais sobre a implantação do auxílio-saúde, como andam as regulamentações das gratificações e quando vão ser aplicadas as progressões

previstas na Lei 16748/10, que criou o novo Plano de Cargos no Judiciário do Paraná.

Porém, a reivindicação que vem crescendo com mais força é em relação a um novo Plano de Carreira para os servidores, pois entendem que o enquadramento ocorrido em fevereiro foi importante, que deu um grande passo na melhoria salarial em vários setores, mas não é a proposta de Plano de Carreira que a categoria defendia. Assim, o Sindijus-PR vai dar início a uma nova campanha nos próximos dias que deve





envolver todos os servidores, dos primeiro e segundo graus, dos novatos e dos antigos, interior e capital.

As comarcas que receberam a visitas do Sindijus-PR na semana passada foram: Cândido de Abreu, Reserva, Quedas do Iguaçu, Pato Branco, Francisco Beltrão, Capitão Leônidas Marques, Realeza, Capanema, Santo Antonio do Sudoeste, Barracão, Palmas e Chopinzinho.

Nesta semana a direção do Sindijus-PR está visitando locais de trabalho de Curitiba e região metropolitana. No dia 21, as reuniões foram nos Juizados Especiais do Alto da XV e Sítio Cercado e, também, na comarca de Colombo, onde, a exemplo do que já aconteceu na semana passada, vários servidores se filiaram ao Sindicato.



aconteceu



COMISSÃO DE BANCOS CONCLUI ESTUDOS



No mês de agosto, a Comissão de estudos para licitar a folha de pagamentos dos juizes e servidores se reuniu na sala de reuniões da Secretaria do TJ. Na oportunidade os trabalhos foram concluídos e serão apresentados ao desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente do TJ. A proposta leva em conta o valor que o banco vencedor deverá pagar ao Poder Judiciário, mas também que produtos e serviços sejam oferecidos aos servidores com maiores vantagens do que aos demais clientes.

Segundo David Machado, representante da categoria na Comissão, o Sindijus-PR contribuiu com os trabalhos, inclusive apresentou resultado de uma enquete realizada com os servidores onde apontou que, segundo a ordem de importância, eles preferem isenção de anuidade da conta corrente (incluindo cartões, cheques e extratos), juros menores para empréstimos e cheque especial, financiamento da casa própria em condições especiais, seguros de veículos e residência, planos de previdência e fiança bancária. David diz ainda que os servidores mostraram preocupação de que o banco vencedor deva possuir agência em suas cidades.

ATÉ FINAL DO ANO CERCA DE 40 VARAS SERÃO ESTATIZADAS

O Tribunal de Justiça (TJ) iniciou na semana passada nova fase de instalação e estatização de varas de serviços judiciais. Segundo o juiz auxiliar do TJ, Frederico Mendes Júnior até o final do ano devem ser instaladas mais 40 Varas estatizadas em todo o Estado, com a conseqüente contratação de novos servidores, cerca de 450 vagas. Entre essas novas varas, está a instalação de uma Vara de Execuções Penais em Cruzeiro do Oeste (onde o Estado vai construir uma penitenciária) e a estatização da 1ª Vara Cível de Umuarama. Desde fevereiro, quando assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça, o desembargador Miguel Kfourri Neto instalou Varas em Londrina, Maringá, Araucária, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais e Curitiba.

jogo rápido

DEPUTADOS APROVAM PROPOSTA QUE CRIA FUNDO DE PENSÃO PARA SERVIDOR PÚBLICO

Os deputados da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovaram no último dia 24 de agosto, o projeto de lei 1992/07, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos da União, do Poder Judiciário, do MPF (Ministério Público Federal) e TCU (Tribunal de Contas da União). A proposta, encaminhada pelo executivo federal, pretende regulamentar a reforma da previdência, realizada em 2003 e criar um fundo de pensão único - o Funpresp - para os servidores dos três poderes. No entanto, se aprovada, irá valer somente para os novos servidores aprovados em concurso público a partir da promulgação da lei. Pelo regime proposto, o servidor e a União vão contribuir igualmente para o fundo de pensão até o limite de 7,5% sobre o que exceder o teto previdenciário, hoje fixado em R\$ 3.689,66. As duas contribuições vão formar a poupança responsável pelo pagamento do complemento das aposentadorias e pensões dos servidores. Na próxima etapa desse processo a Comissão de Trabalho da Câmara volta a analisar o projeto, para votar os destaques. Em seguida a proposta segue para as comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e de Cidadania. Em seguida vai para o Senado.

CNJ: VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA E DOS SERVIDORES SÃO PRIORIDADE

Representando os novos conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), afirmou que a composição que se inicia vai trabalhar para a valorização do magistrado e dos servidores do Judiciário. "Uma magistratura sem juízes valorizados é inexistente", ressaltou. O ministro destacou que o trabalho de aperfeiçoamento da magistratura tem impacto direto na qualidade dos serviços prestados ao cidadão e que o CNJ foi criado para definir novos rumos estratégicos para o Judiciário. "Nossa missão é servir em um colegiado com respeito, onde os interesses individuais serão deixados à parte porque o interesse é servir a sociedade, trabalhando para melhorar a prestação jurisdicional". Segundo o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cesar Peluso, os novos conselheiros já demonstraram, na primeira sessão plenária, que têm capacidade de atuar no aprimoramento da magistratura ao aprovarem a criação da comissão que formulará a política nacional de segurança para os juízes.

PROPOSTAS resultado do I Encontro dos Analistas Sindijus-PR protocolou no TJ reivindicações dos analistas

Reunião com a Secretaria foram debatidas as propostas



Diretores do Sindijus-PR, representantes dos analistas e do TJ

A reunião realizada no último dia 20 entre diretores do Sindijus-PR e representantes dos analistas com o Tribunal de Justiça (TJ) serviu para serem debatidas as propostas aprovadas no I Encontro Estadual dos Analistas, ocorrido em julho. Na oportunidade, o TJ foi representado pelo chefe de gabinete do Secretário, Alberto Koji. Os pedidos já tinham sido protocolados no último dia 15. Um dos pedidos (nº 0336789/2011) trata da regulamentação do adicional de periculosidade para os analistas judiciários que atuam na área de Psicologia e Serviço Social; outro (nº 0336790/2011) se refere à proposta de novas adequações salariais e o terceiro (protocolo nº 0336792/2011) reúne todas as reivindicações aprovadas pelos analistas no Encontro.

Para o TJ não há possibilidade de Analistas exercerem Supervisão em Varas que tenham Escrivão ou Secretário Titular. Alberto disse que uma hipótese é de que Analistas não sejam mais

nomeados em Varas nessa situação. No entanto, sobre as nomeações já realizadas ficou de analisar a possibilidade de relatar aqueles que desejarem. Porém, é necessário aprofundar estudos sobre o assunto. Patrícia E. G. dos Reis, uma das representantes dos Analistas, entende que sobre esta questão a manifestação foi positiva. O Tribunal também pretende avaliar a possibilidade de convidar Analistas que já estejam trabalhando para assumir as funções de Diretor ou Supervisor quando ocorrer instalação ou estatização de novas secretarias, antes de nomear novos Analistas.

Alberto também explicou que não há resistência do TJ ao pedido que impõe a abertura de processo administrativo para a destituição das funções de Direção e Supervisão e que os Analistas que tenham interesse em exercer as funções deverão necessariamente atuarem nas secretarias e não na assessoria de magistrados. Na hipótese de o juiz requisitar o servidor para assessorá-lo, deve pedir a nomeação de

outro analista para substituí-lo no cartório ou secretaria.

Sobre os pedidos para pagamento de periculosidade aos Psicólogos, Assistentes Sociais e demais servidores lotados em Varas Criminais e de Execução Penal e o que pede aumento nos vencimentos deverão ser encaminhados para estudo de impacto financeiro no Departamento Econômico. Os argumentos do Tribunal são de que com a implantação do auxílio-saúde e elevação do valor do auxílio-alimentação, o orçamento do Judiciário ficou menor para resolver outras questões que envolvam aumento de despesas. No entanto, para continuar os debates sobre as propostas apresentadas, ficou agendado um novo encontro no dia 11 de outubro, às 14 horas na Secretaria.

TÉCNICOS JUDICIÁRIOS

Da mesma forma que o Sindicato encaminhou o pedido dos Analistas, vai protocolar também as reivindicações dos Técnicos, pois ambos foram aprovados nos Encontros desses profissionais. Embora haja aparentes contradições entre os pleitos dos ocupantes dos dois cargos, isso não pode ser motivo de desavenças. Ao contrário, reforça a necessidade da clara definição das funções de cada um. O resultado será a síntese das reivindicações de Técnicos e Analistas, superando o que, apenas, aparentemente é contraditório. Não encaminhar o pleito formulado em cada um dos Encontros seria uma omissão do sindicato.

APROVADO TJ apresentou no início do mês ao Órgão Especial

Servidores conquistam auxílio-saúde e aumento no auxílio-alimentação

No dia 05 de setembro uma das reivindicações propostas pelo Sindijus-PR ao Tribunal de Justiça (TJ) foi ao Órgão Especial do Tribunal e acabou sendo aprovada a criação do auxílio-saúde e o aumento do auxílio-alimentação.

Segundo o chefe de gabinete do Secretário do TJ, Alberto Koji, ambos devem entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2012, mas só para os servidores ativos. Em virtude dessa informação, o Sindijus-PR se reuniu na semana passada, com o juiz auxiliar da Presidência, Frederico Mendes Júnior e questionou o porquê de não ser extensivo a todos os servidores ativos e inativos. Para o coordenador-geral do Sindicato, José Roberto, hoje quem mais necessita de auxílio-saúde são os aposentados e pensionistas, pois são os que mais têm dificuldades, em virtude da faixa etária.

No encontro, os diretores do Sindijus-PR lembraram ao juiz auxiliar que o próprio Presidente Miguel Kfourri havia dito na primeira reunião com o Sindicato, de que o auxílio-saúde seria extensivo aos aposentados e pensionistas, no entanto, as informações dão conta de que a proposta aprovada atingirá apenas os servidores ativos. Frederico afirmou que vai verificar o que realmente foi aprovado pelo Órgão Especial, e que também entende que esse auxílio deva atingir os aposentados, pois são os que mais precisam de assistência médica.

Os valores definidos (conforme tabela abaixo) vão obedecer às faixas etárias informadas e naqueles valores podem ser incluídos os dependentes. A observação é de que só terão direito ao benefício os servidores que possuem ou que vierem a contrair um plano de saúde. Veja tabela abaixo:

Faixa Etária do Magistrado ou Servidor	Valor Máximo do Auxílio-Saúde
0 a 18 anos	R\$ 112,06
19 a 23 anos	R\$ 183,48
24 a 28 anos	R\$ 250,68
29 a 33 anos	R\$ 270,41
34 a 38 anos	R\$ 313,75
39 a 43 anos	R\$ 342,33
44 a 48 anos	R\$ 411,40
49 a 53 anos	R\$ 480,72
54 a 58 anos	R\$ 521,80
59 anos ou +	R\$ 672,36

Auxílio-alimentação

E a respeito do aumento do auxílio-alimentação, Alberto confirmou que também foi aprovado e o valor será de R\$ 400,00, a partir de janeiro de 2012. O projeto de lei deve ser encaminhado ao Legislativo nos próximos dias. O Sindijus-PR também requereu que o benefício seja estendido aos aposentados e pensionistas. Citou como exemplo o que ocorre nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde o benefício também abrange os inativos.

Reunião entre Sindijus-PR e administração do TJ

Neste mês de setembro, o Sindijus-PR esteve em reunião com a administração do Tribunal de Justiça (TJ-PR), na pessoa do juiz auxiliar da Presidência, Frederico Mendes Júnior e com o chefe de gabinete do secretário do Tribunal de Justiça, Alberto Koji. Nas ocasiões foram tratados os seguintes assuntos:

REGULAMENTAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES

Foi informado que está pronto o projeto de lei que regulamenta as gratificações. A mensagem vai definir a questão do plantão judiciário e dos servidores que acumulam direção de fórum. No momento está sendo calculado o impacto financeiro. Nos próximos dias o Sindijus-PR terá maiores informações. Quanto aos que trabalham no Tribunal do Júri há estudos que indicam que o TJ-PR deverá pagar horas extras, outros que deverão pagar gratificações. Por enquanto ainda não há parecer conclusivo.

SAIJ E MOTORISTAS

O projeto já está quase concluído e esperando que o Departamento Administrativo repasse a lista com os nomes das profissionais que serão beneficiadas. Alberto disse que nos próximos dias vai repassar informações ao Sindijus-PR, antes de ser encaminhado ao Órgão Especial. Já os motoristas que prestam serviços ao SAIJ e VEP devem receber uma gratificação para compensar o risco de vida, mas os estudos com impacto financeiro ainda não foram concluídos.

REAJUSTE DE 6,5% AOS APOSENTADOS DO EXTRAJUDICIAL

Os aposentados e pensionistas do Extrajudicial tiveram recentemente seu direito aos reajustes reconhecidos, porém, ficou de fora o percentual de 6,5%, que é a inflação de maio de 2010 a abril de 2011, percentual deveria ter sido im-

plantado no dia 1º de maio de 2011. O Sindijus-PR já protocolou pedido de implantação deste reajuste, o número é 320.527/11. Frederico disse que vai verificar junto ao Departamento Econômico e Financeiro do TJ para se informar em que fase se encontra o estudo. Afirmou que vai pedir agilidade nos trabalhos.

Ainda em relação aos aposentados, o Sindijus-PR afirmou que protocolou pedido em relação às diferenças não pagas (atrasados) desde 1º de janeiro de 2007 até a implantação. Referido pedido foi protocolado sob nº 320.528/11.

Frederico afirmou que vai verificar o mais breve possível e analisar a possibilidade de pagamento desses atrasados, se for o caso, de forma parcelada. A informação foi bem recebida pelos representantes dos aposentados presentes à reunião.

COMARCA DE CASTRO

Foi informado à Presidência a situação dos Oficiais de Justiça da Comarca de Castro. Lá são apenas dois profissionais e um "Ad Hoc" para dar conta da demanda de trabalho. Os dois Oficiais estão sobrecarregados de Mandados, e ainda, com vários processos administrativos, pelo não cumprimento de prazos. O Sindijus-PR solicitou providências imediatas para que sejam nomeados Técnicos Judiciários. Frederico afirmou vai manter contato com o Juiz diretor do Fórum para tomar providências.

FERIADO DE 15 DE NOVEMBRO

O Sindijus-PR vem recebendo pedidos para que seja antecipado, para as comarcas que não tiveram o feriado prolongado de 07 de setembro, o dia 08/12 para 14/11, véspera da Proclamação da República (15/11). O Sindicato vai encaminhar o pedido.

TJ diz que nomeação já foi definida, mas até agora ninguém assumiu

Vara Criminal de Curiúva está com apenas um servidor há 8 anos

Vários pedidos já foram feitos ao TJ, mas nada mudou

Em visita às comarcas do interior, o Sindijus-PR tem constatado as péssimas condições de trabalho em vários locais. No entanto, tem se que destacar o que está acontecendo na comarca de Curiúva e o desespero da servidora da Vara Criminal. A escritvã relata que precisa de socorro urgentemente, pois a situação na sua Vara é de urgência. “Sou escritvã criminal aqui em Curiúva há mais de oito anos, e desde a minha nomeação não tenho nenhum auxiliar designado pelo Tribunal de Justiça”, explicou.

Na Vara Criminal, além da escritvã, só trabalham estagiários, pois não há nenhum outro servidor concursado. O coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto ressalta que apesar dos problemas, a colega se empenha ao máximo no exercício de suas funções e lembra ainda, que esse tipo de situação existe em muitos fóruns do interior, onde



os servidores são obrigados a trabalhar com total falta de estrutura, muitas vezes além do horário e, não raro, sacrificando até mesmo o convívio familiar para darem conta da sobrecarga de trabalho.

A escritvã falou que entrou em contato com o TJ, enviando e-mails para a Presidência, Vice-Presidência e Secretaria,

no entanto, até o fechamento desta matéria, nada tinha sido feito. “Ocorre que estou cansada desta situação e, sinceramente, estou com problemas de saúde e preciso tirar as três licenças e as quatro férias que tenho direito. Porém, não consigo, porque nas mãos de quem vou deixar a Vara?”, desabafou. Contou ainda, que conversou

com o Departamento de Concursos do Tribunal, e a informação é de que teria sido aprovado o envio de um técnico para a Vara, mas que não havia previsão de nomeação.

Com essa informação, o Sindijus-PR entrou em contato com o Departamento responsável e verificou que realmente há designação de um técnico, mas, segundo a escritvã, apenas um não resolve o problema da comarca.

A falta de servidores, aliada a grande quantidade de processos, sobrecarrega o trabalhador. Segundo a servidora, devido ao enorme volume de trabalho, é obrigada a estender sua jornada diária para além das 19 horas, e também não pode nem mesmo contar com a ajuda de estagiários, pois são temporários. A situação enfrentada na Vara Criminal de Curiúva foi comunicada pelo Sindicato ao TJ, pedindo providências urgentes, mas não houve resposta.

de olho nas datas

12 de outubro

Dia da Nossa Senhora Aparecida e da Criança.

19 de outubro

Dia da Luta dos Trabalhadores do Judiciário do Paraná.

10 de novembro

A Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud) realiza o VIII Conseju, congresso nacional da categoria. O evento será realizado na cidade de Maceió-AL no Hotel Matsubara. Os debates envolverão assuntos desde a Democratização do Judiciário e o Estatuto Nacional (PEC 190) chegando à discussão da Precarização, Virtualização de Processos e as novas relações de trabalho no Poder Judiciário. Durante o evento, haverá eleição e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

16 de novembro

Acontece o 17º Curso Anual de Comunicação do Núcleo Piratininga de Comunicação. A atividade deste ano será no Clube de Engenharia, Centro do Rio de Janeiro. O curso é referência para sindicalistas, jornalistas, militantes sociais, professores e estudantes de comunicação do país inteiro, interessados em pensar a força da mídia e seu papel central na disputa de hegemonia na sociedade.

SINDIJUS-PR OFERECE ACESSORIA JURÍDICA AOS FILIADOS

O atendimento é oferecido na segunda-feira das 13h30 às 17h30 e na sexta-feira das 09h15 às 12h00, pelo escritório RSR - Advogados Associados, localizado na Avenida Cândido de Abreu nº 469, Conjunto 1802, no Centro Cívico, em Curitiba. A assessoria jurídica é feita pelas advogadas Andressa Rosa e Raquel C. de Souza Magrin. Os filiados podem marcar horário pelo telefone (41) 3352-9831 com Edilaine. E para os casos dos filiados do interior, pode ser feito o atendimento por telefone também nestas datas.

AÇÕES COLETIVAS

E os filiados que quiserem tratar a respeito das ações coletivas devem entrar em contato com o escritório do

advogado Daniel Godoy pelo telefone (41) 3353-5232.

ASSÉDIO MORAL

O atendimento é realizado pela advogada Rosângela Ziliotto na sede urbana do Sindicato, localizado na Rua David Geronasso nº 227, bairro Boa Vista, na segunda-feira e na sexta, das 9 às 12 horas. Os servidores podem agendar suas consultas pelo telefone (41) 3075-5555. Já os filiados do interior poderão fazer suas consultas via telefone, sempre nos dias e horários informados acima.

Para o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto, esse atendimento aos filiados é importante para ajudá-los realizar os encaminhamentos corretos dos problemas.